

17 ANOS JORNAL DE BRASÍLIA Incertezas rondam a Constituinte

O deputado Amaral Netto, líder do PDS, em tom de advertência, levou ontem ao deputado Ulysses Guimarães suas apreensões com as protelações que ainda podem sofrer todos os prazos até aqui estabelecidos para o encerramento das atividades da Constituinte. Os mais otimistas, como Ulysses Guimarães, empenham-se para que a Constituinte promulgue a nova Constituição dentro de no máximo 60 a 90 dias, o que corresponderia, no mais tardar, ao mês de abril. No entanto, o líder do PDS alerta que obedecidos com extremo rigor todos os prazos regimentais, na melhor das hipóteses a Constituinte só teria condições de dar por terminada sua missão em quatro de julho próximo.

As outras hipóteses levantadas por Amaral Netto são as datas de quatro de setembro e — a mais pessimista delas — a de dois de fevereiro do próximo ano. Assinala que em seus cálculos regimentais não levou em conta as questões de ordem que podem ser levantadas nem a obstrução parlamentar que o PDT e o PT ameaçam fazer, inconformados com os rumos políticos que os grupos conservadores pretendem imprimir à Constituinte.

As sombrias previsões feitas pelo deputado Amaral Netto, capazes de inviabilizar as eleições em 88, são contestadas por diversos especialistas na matéria. O deputado José Lourenço, líder do PFL, admite que determinados capítulos ou mesmo títulos da nova Constituição, que não encerram matéria polêmica, possam ser votados em bloco, num acordo entre as diversas lideranças partidárias. Também há o peso da pressão externa da opinião pública, inconformada com os sucessivos adiamentos sofridos pela Constituinte, o que gera indefinições e expectativas de toda ordem e natureza.

O País aguarda em suspense a definição das regras pela nova Constituição. Grande responsabilidade cabe às diversas lideranças da Constituinte pelo atraso nas suas votações. Abandonou-se a experiência passada de todas as constituintes brasileiras, em que se nomeava uma grande comissão de seus integrantes para preparar um anteprojeto de Constituição a ser submetido ao plenário. Assim foi feito em 46 e em oito meses a Constituição se encontrava concluída. No caso presente estabeleceram-se inovadores processos de caráter demagógico, sob a alegação de participação de todos no processo constituinte. Com segurança ninguém pode garantir o prazo de promulgação da nova Constituição. O deputado Carlos Sant'Anna, líder do Governo, afirma que se a promulgação ocorrer até 21 de abril próximo, todos devem se dar por satisfeitos.

Poder total a Prisco

Com a breve saída do ministro Aníbal Teixeira, do Planejamento, as especulações das melhores fontes políticas governamentais continuam a admitir que seu posto poderá ser preenchido pelo ministro Ronaldo Costa Couto. A novidade vem por conta do resto: o ministro Prisco Viana não seria exonerado da pasta da Habitação para ocupar a chefia do Gabinete Civil. Passaria a exercer cumulativamente os dois ministérios, o que daria a Prisco um extraordinário poder político.

Sucessão presidencial

Entre os líderes do PFL celebrava-se ontem a coleta das 280 assinaturas, quorum exigido pelo regimento interno, na proposta de emenda constitucional do deputado paraense Mateus Iensen, do PMDB, que dá ao presidente Sarney mandato de cinco anos. O senador Edison Lobão, do PFL, tem também uma proposta de emenda constitucional dando cinco anos a Sar-

ney, para a qual já colheu mais de 260 assinaturas. O parlamentar maranhense acha que apesar do clima de otimismo exibido pelos que defendem os quatro anos, na votação no plenário da Constituinte acabarão prevalecendo os cinco anos para Sarney, embora por margem apertada de votos. Calcula ele que os cinco anos terão, no máximo, 300 votos.

O senador José Agripino, do PFL, encontrando-se ontem no cafezinho do Senado com seu colega, Itamar Franco, informou que continua defendendo os quatro anos de mandato para Sarney. Itamar também vota nos quatro anos, mas teme que a ausência de mobilização popular acabe propiciando a aprovação dos cinco anos na Constituinte. No entanto, como esteve ausente de Brasília desde as festas de fim de ano, não se julga ainda em condições de fazer uma avaliação mais segura, o que demandará tempo.

Maciel e o liberalismo

O senador Marco Maciel, presidente do PFL, lança hoje no Senado, em tarde de autógrafos, seu livro "Liberalismo e justiça social".

Bom humor

Ontem à tarde, numa reunião de líderes partidários, o deputado José Genócio, do PT, com bom humor, dizia que se dependesse do Centrão tudo seria privatizado no Brasil, menos a PM. E aí deu sua versão pessoal para a atitude do Centrão: "Eles querem a PM nas mãos do Governo para nos bater".

O presidente Sarney confessou recentemente a um parlamentar de suas relações pessoais que os governadores estão interessados na rápida promulgação da Constituição, não pelo significado político que isso possa ter na vida do País, mas pela rica distribuição de recursos financeiros com que o novo texto constitucional prodigaliza os estados em detrimento da União.